



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD

I - Unidade demandante:

Gerência Administrativa

II – Especificação do objeto pretendido:

Contratação de empresa especializada para ministrar curso sobre a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) para um total de 10 alunos (servidores e colaboradores em serviço no Tribunal)

Formato: preferencialmente online ao vivo

Carga horária mínima: 16h (máx 4h/dia)

Data: preferencialmente de agosto a novembro/2022

Conteúdo sugerido:

- instrução do processo licitatório
- modalidades de licitação
- planejamento das compras (estudo técnico preliminar, termo de referência, etc)
- fase externa (divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, encerramento)
- contratação direta (inexigibilidade e dispensa)
- noções gerais sobre contratos administrativos
- alteração de contratos e de preços
- nulidades
- irregularidades, infrações e sanções administrativas

- impugnações, esclarecimento e recursos
- crimes em licitações e contratos administrativos
- questões polêmicas e desafios práticos

III – Justificativa (explicitar necessidade e benefício esperado com a aquisição):

Publicada no dia 1º de abril de 2021, a Lei 14.133 estabeleceu um novo marco legal para as licitações e contratações públicas nacionais, abordando temas fundamentais. Com o objetivo de substituir a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e a Lei do Pregão (Lei 10.520/02), a Lei 14.133/2021 tratou de todo o processo de contratação pública desde a fase do planejamento. Entre outras medidas, a Lei criou modalidades de contratação, tipificou infrações relacionadas a licitações e disciplinou atribuições e responsabilidades dos agentes públicos engajados nas principais funções do processo de contratação pública.

Em 1º de abril de 2023 estarão definitivamente revogadas a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, passando a ser obrigatória a observância à Lei 14.133/2021 para todas as contratações. Portanto, é essencial e urgente compreender a Nova Lei de Licitações e seus impactos práticos para as rotinas de trabalho.

O objetivo desta contratação é capacitar os agentes públicos atuantes no processo de contratação quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 – a Nova Lei de Licitações, com destaque para os impactos da nova legislação e de seus regulamentos às atividades práticas relacionadas às licitações e contratações públicas no âmbito do Tribunal.

IV – Indicação de que a demanda está incluída no Plano Anual de Contratações ou apresentação de justificativa:

A demanda está prevista no Plano Anual de Capacitação 2022 (0227114).

V - Indicação de membro da unidade demandante para compor a equipe de planejamento da contratação:

Luiza Viana Torres e Marina Lopes Rossi



Documento assinado eletronicamente por **LUIZA VIANA TORRES, Diretora Executiva**, em 09/08/2022, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0240173** e o código CRC **F26441A4**.

22.0.000001155-3

0240173v3

Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro de Lourdes
CEP 30180-143 - Belo Horizonte - MG